



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

12/10/15
Rui Arruda
José da Ascensão
José Arsénio
José Humberto
Vitor Manuel

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA, DE TRINTA E UM DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

Ao trigésimo primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezasseis, reuniu o Conselho de Ilha de Santa Maria (CISM), no auditório da Biblioteca e Arquivo Municipal de Santa Maria, para a terceira reunião ordinária, tendo como ponto um da ordem de trabalhos – “Forte de São João Baptista na Praia Formosa” e ponto dois “Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila do Porto”. -----

A esta reunião compareceram as Conselheiras Márcia Catarina da Costa Santos e Graça Pombeiro Andrade Morais e os Conselheiros Carlos Henrique Lopes Rodrigues; Ricardo Pedro Amaral de Carvalho e Sousa em substituição do Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto (AMVP); Rui Alexandre dos Reis Arruda; José de Andrade Melo; Eduardo Manuel Pereira Cambraia; Aldeberto José de Loura Chaves; Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa; António Manuel de Sousa Braga; Celso Sousa Resendes; José Humberto de Medeiros Chaves e Vitor Manuel Inverno Gameiro. -----

Informaram a mesa da sua ausência os Conselheiros; Jorge Marques Gonçalves; Paulo Jorge Magalhães Moura; José da Ascensão Cabral Branco; José Arsénio de Sousa Chaves; Fernando Jorge Monteiro Andrade e Francisco Manuel Braga Maciel. -----

Não justificou a sua ausência na reunião o Conselheiro José Silvino Rodrigues Santos. -- Justificaram a sua ausência os Deputados Regionais eleitos por Santa Maria à ALRAA Duarte Manuel Braga Moreira e Paulo Henrique Parece Baptista e a Deputada Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves. -----

O Presidente Rui Arruda deu início à reunião, saudando as pessoas presentes. ----- Período de “antes da ordem do dia”. -----

O Presidente colocou à discussão e votação a ata da reunião do CISM de vinte de junho de dois mil e dezasseis, sem inscrições foi a mesma aprovada por maioria com as abstenções dos Conselheiros Carlos Rodrigues, Celso Resendes, Eduardo Cambraia e Vitor Gameiro por terem estado ausentes da reunião e abstenção do Conselheiro José Humberto Chaves. -----

O Presidente lamentou, mais uma vez, as justificações tardias dos Conselheiros e das Conselheiras nas reuniões do CISM, impedindo deste modo a sua substituição quando a situação o permitir, referiu que as convocatórias são enviadas com bastante antecedência e que irá ser mais rigoroso na justificação de futuras ausências. -----

O Presidente deu conhecimento aos presentes do expediente do CISM, designadamente: Do documento recebido da Direção Regional de Organização e Administração Pública (DROAP), no dia 03 de outubro, sobre o pagamento das senhas de presença e resposta do CISM sobre o mesmo assunto, no dia 14 de outubro, a informar que faltam pagar seis reuniões extraordinárias a pela DROAP ao CISM; do Voto de congratulação recebido da ALRAA – “Pepe Brix vence prémio gazeta de fotojornalismo 2015”; Do Projeto relatório Inspeção Regional Administração Pública – Proc. N.º 56.03/2015/4 – em que apelou, novamente, aos membros do CISM para que enviem um comprovativo de rendimentos à colaboradora da CMVP Paula Sequeira para que se possa processar o pagamento das senhas de presença; Da participação da Secretária – Márcia Santos, como representante do CISM no Workshop e formação “Cidadania e Igualdade de Género” nos dias dezassete e dezoito de outubro, numa

Handwritten signatures and initials in blue ink.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

organização da CMVP. -----

Em relação ao anúncio público da realização de voos diretos no próximo verão IATA nas rotas Lisboa/Santa Maria/ operados pela SATA AZORES AIRLINES, sem escala em Ponta Delgada, efetuado por candidatos/as a Deputados/as do Partido Socialista à ALRAA, em pleno período de campanha eleitoral, referiu que ficou contente com a decisão, enquanto Presidente do CISM porque esta foi uma ideia original e pretensão deste órgão, mas lamentou a forma e o modo como foi anunciado porque quer através de comunicados, documentos ou pessoalmente foi transmitido ao CISM pelo Presidente do Governo dos Açores, Secretário Regional dos Transportes e Turismo e Presidente do Conselho de Administração da SATA que tal não era possível, não se justificava e era inviável devido à baixa procura, como aconteceu recentemente na reunião do passado dia dezoito de julho entre o Governo dos Açores e o CISM aquando da visita estatutária a esta Ilha. Defendeu que deve haver respeito por todos os órgãos, os Conselhos de Ilha existem porque estão consagrados em lei à semelhança de vários outros órgãos e instituições. Informou que foi contactado pessoalmente por outros membros do Conselho de Ilha para denunciar a situação publicamente mas entendeu que não o deveria efetuar porque se estava em pleno período de campanha eleitoral para as eleições para a ALRAA. Por último referiu que neste CISM têm assento representantes eleitos/as diretamente pelo povo mas também legítimos/as representantes de vários setores que merecem igual respeito pelas outras instituições ou organismos. -----

A Secretária Márcia Santos efetuou uma breve descrição da sua participação enquanto representante do CISM no Workshop e formação “Cidadania e Igualdade de Género”, destacando a iniciativa no geral. Destacou a distinção aquando da comemoração do Dia Municipal da Igualdade com a atribuição de uma menção honrosa no prémio “Viver em Igualdade” da Comissão Nacional da Cidadania e Igualdade ao Município de Vila do Porto, representado na cerimónia pelo Conselheiro Municipal para a Igualdade, Nelson Silveira. Propôs que o CISM adota-se nos seus documentos, ofícios e regimento a linguagem inclusiva e neutra, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade. -----

O Presidente referiu que com esta decisão este órgão foi, mais uma vez, pioneiro e que se iria proceder à alteração do regimento para que o mesmo seja aprovado. -----

O Conselheiro José Melo lamentou o eventual encerramento do Jornal O Baluarte de Santa Maria (JBSM) considerando que se trata de uma perda para a nossa ilha e comunidade emigrante, que o JBSM faz parte e retrata um pedaço da história da nossa ilha e que a CMVP e o CISM deveriam agir para que tal não aconteça. -----

O Conselheiro José Humberto Chaves concordou com o referido pelo Conselheiro José Melo e acrescentou que se deveria digitalizar o arquivo do JBSM. -----

O Conselheiro Carlos Rodrigues também lamenta o eventual encerramento do JBSM e referiu que só há duas soluções para resolução do problema que são a iniciativa privada ou o associativismo/cooperativismo tendo referido que é necessário saber se a exploração do jornal é sustentável e os dados relativos à tiragem de exemplares. -----

O Vice-presidente Jorge Costa lamenta o eventual encerramento e referiu que é necessário saber o que os acionistas do JBSM pretendem para se poder agir a nível ilha e lembrou que o eventual encerramento deste órgão de comunicação social ultrapassa as competências do CISM; -----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

O Presidente Rui Arruda lamentou o eventual encerramento do JBSM referindo que, pela experiência no desempenho de funções em outros órgãos de comunicação social, os apoios aos órgãos de comunicação social são claros e muito específicos, sejam eles regionais ou nacionais, e que existem grandes constrangimentos e impedimentos legais na atribuição de subsídios e avenças diretas por parte de um município ou governo. De igual modo disse que para a iniciativa privada apoiar e investir num órgão de comunicação local há que rever e repensar os critérios editoriais porque, normalmente, estes investimentos são efetuados na base de um contributo e não de um investimento com retorno. -----

Decidiu o CISM, por unanimidade, endereçar um convite ao diretor do JBSM, João Sousa Braga, para estar presente numa próxima reunião deste órgão, se assim o entender, para que o órgão possa, perceber o porquê desta situação e, eventualmente, contribuir para o não encerramento do JBSM. -----

O Conselheiro Paulo Magalhães manifestou a sua preocupação com a praga de roedores existente na ilha quer em ambientes rurais como urbanos afirmando que se trata de um problema de saúde pública sendo necessário agir. -----

Concordaram com a existência deste problema, não desresponsabilizando as ações e atitudes individuais de algumas pessoas, empresas e entidades que contribuem para o aumento da proliferação desta praga o Presidente Rui Arruda e os Conselheiros António Braga, José Humberto Chaves, Carlos Rodrigues, Eduardo Cambraia e Vitor Gameiro. Foi decidido por unanimidade pelo CSIM, após ser conhecida a nova orgânica do novo Governo dos Açores, enviar às tutelas regionais da saúde e ambiente, com conhecimento do Conselho de Administração da USI e Delegada de Saúde de ilha o seguinte: -----

“Concluímos, novamente, da existência de uma praga de “roedores” (espécies *Mus musculus*, *Rattus rattus* e *Rattus norvegicus*) em toda a ilha de Santa Maria que consideramos alarmante e de eventual grande perigo para a saúde pública. -----

Já tínhamos alertado o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente para esta situação em 03 de novembro de 2015 quando questionámos o porquê de não ter sido efetuada a segunda ação de desratização em 2015 e solicitámos que fossem tomadas medidas imediatas e concretas para o combate a esta praga, o que se lamenta profundamente. -----

Para além do problema já sinalizado em 2015, durante este ano de 2016 não se verificaram as duas ações de desratização nas estações do ano de aumento exponencial das espécies, primavera e outono, ausências estas que em muito contribuíram para o proliferar desta praga, com as graves consequências que uma situação destas provoca, quer em meio rural como urbano. -----

Por considerarmos que a situação na Ilha de Santa Maria é de extrema gravidade, pelo perigo que representa para a Saúde Pública, apelamos a Vossas Excelências para que sejam tomadas medidas urgentes no combate a esta praga.” -----

O Presidente Rui Arruda apresentou, em nome da mesa do CISM, uma proposta para que este órgão enderece um convite a Sua Excelência O Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, para que aquando de uma visita à ilha de Santa Maria, em coordenação com as entidades regionais e locais, designadamente, Governo dos Açores e CMVP, o mesmo possa presidir, pela primeira vez, a uma reunião de um

12/11
Rui Arruda
Paulo Magalhães

Handwritten signatures and initials in blue ink.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

Conselho de Ilha, órgão que no território nacional existe apenas nos Açores. Esta seria uma forma do Senhor Presidente da República conhecer o funcionamento deste órgão e esta reunião poderia, eventualmente, ser de grande importância para a Ilha de Santa Maria. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Após um breve intervalo deu-se início à ordem de trabalhos da reunião. -----

Ponto número um da ordem de trabalhos – “Forte de São João Baptista na Praia Formosa” -----

O Presidente Rui Arruda explicou que o motivo da inclusão deste ponto na ordem de trabalhos é devido ao elevado estado de degradação do histórico imóvel e este órgão deve, mais uma vez, tomar iniciativas para que o seu desaparecimento não seja uma realidade. Após intervenções do Vice-presidente Jorge Costa, dos Conselheiros José Humberto Chaves, Paulo Magalhães, Ricardo Sousa, José Melo e Carlos Rodrigues decidiu o Conselho de Ilha, por unanimidade, enviar ao Senhor Ministro das Finanças e à senhora Ministra da Justiça, com conhecimento do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, o seguinte: -----

“ O “Forte de São João Baptista”, também denominado como “Castelo de São João Baptista” ou “Castelo da Praia” é um imóvel de singular interesse patrimonial e histórico dos Açores (a sua primeira fortificação), localizado na Baía da Praia Formosa, Freguesia de Almagreira, Concelho de Vila do Porto na Ilha de Santa Maria nos Açores. Tendo em consideração que o elevado estado de degradação deste imóvel poderá implicar, brevemente, o seu desaparecimento e inviabilizar a sua recuperação e/ou manutenção vimos por este meio solicitar a Vossas Excelências informação sobre a propriedade do referido imóvel.” -----

Sobre este ponto também foi decidido, por unanimidade, enviar ao Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, o seguinte: -----

“ Independentemente da resposta do Governo de Portugal à nossa solicitação vimos por este meio solicitar a Vossa Excelência que, no caso do referido imóvel não ser propriedade da Região Autónoma dos Açores atue, de acordo com a norma, desde sempre, consagrada no Estatuto Político-administrativo dos Açores em que os *“imóveis do domínio privado do Estado situados em território regional não afetos a serviços do Estado integram o domínio privado da Região”*, registando o imóvel do “Forte de São João Baptista” a favor da Região Autónoma dos Açores, à semelhança da decisão do Governo dos Açores de 26 de agosto de 2015 em que foi decidido registar a favor da Região três imóveis abandonados pelo Estado nos Açores designadamente, o prédio Grená, na margem da Lagoa das Furnas na Ilha de São Miguel, um prédio urbano na Rua da Sé na Ilha Terceira e o antigo Posto da Guarda Fiscal na freguesia de São João, concelho das Lajes do Pico. -----

Novamente alertamos Vossa Excelência, Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, para o elevado estado de degradação deste imóvel que poderá implicar, brevemente, o seu desaparecimento e inviabilizar a sua recuperação e/ou manutenção e solicitamos que defina orientações imediatas para uma intervenção de consolidação/recuperação no referido imóvel.” -----

Ponto número dois da ordem de trabalhos – “Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila do Porto”. -----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

Foram dadas as boas vindas e agradecimento pela aceitação do convite à Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila do Porto (CPCJ), (ela é Dra.?) Cátia Pinheiro, pelo Presidente Rui Arruda, tendo o mesmo também referido que o convite foi extensivo aos restantes elementos que compõem a CPCJ e que o motivo da inclusão deste ponto na ordem de trabalhos decorre da mesa considerar como muito importante o conhecimento deste órgão sobre o modo de funcionamento e trabalho desenvolvido pela CPCJ, tendo sempre em consideração as informações que lhe possam ser facultadas por questões legais. -----

Foi dada a palavra à Presidente da CPCJ, Cátia Pinheiro, que de uma forma clara e explícita descreveu o funcionamento da CPCJ, designadamente, na sua composição, comissão alargada e comissão restrita, áreas de atuação, número de casos identificados e que estão a ser acompanhados e participação dos elementos que compõem a CPCJ nas suas reuniões e atuações. -----

As intervenções do Vice-presidente Jorge Costa, da Secretária Márcia Santos e dos Conselheiros José Melo, José Humberto Chaves e Carlos Rodrigues consideraram a existência e correta atuação da CPCJ de elevada importância para a ilha de Santa Maria. Por proposta do Presidente Rui Arruda foi aprovado, por unanimidade, enviar às entidades que designam elementos para a CPCJ, o seguinte: -----

“ As entidades patronais, em relação às colaboradoras e aos colaboradores que são membros da CPCJ, devem respeitar e cumprir o definido na Lei nº 142/2015 de 8 de setembro, designadamente, no artigo 25º, ponto 2 – *“O exercício das funções dos membros da comissão de proteção, no âmbito da competência desta, têm caráter prioritário relativamente às que exercem nos respetivos serviços e constituem serviço público obrigatório sendo consideradas, para todos os efeitos, como prestadas na profissão, atividade ou cargo do respetivo titular.”*; -----

Lamenta-se a falta de assiduidade de grande parte dos elementos que compõem a CPCJ nas suas reuniões e conseqüente falta de acompanhamento das diversas situações sinalizadas e que exigem atuação; -----

Apelamos para que supervisionem a assiduidade dos elementos por vós indicados para a CPCJ e, se necessário, promovam a sua substituição em caso de falta de assiduidade e conseqüente mau desempenho das funções para as quais foram indicados. -----

Nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Márcia Catarina da Costa Santos, que a redigi e subscrevi, bem como pelos restantes membros da mesa do Conselho de Ilha. -----

Márcia Catarina da Costa Santos
/ Rui Arruda
/ José Melo
/ José Humberto Chaves
/ Carlos Rodrigues